

PROVA OBJETIVA P₂
-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I --**NOÇÕES DE RACIOCÍNIO LÓGICO E
MATEMÁTICA FINANCEIRA****Questão 11**

Do total de 193 servidores de uma organização, alguns possuem fluência em inglês, francês ou espanhol, podendo, inclusive, ter fluência em mais de uma das três línguas, ao passo que outros não têm fluência em nenhuma dessas línguas estrangeiras.

Nessa situação, sabendo-se que, do total de servidores, 90 são fluentes em inglês; 75, em francês; 60, em espanhol; 30, em inglês e francês; 20, em inglês e espanhol; 25, em francês e espanhol; e 10 são fluentes nas três línguas, o número de servidores não fluentes em nenhuma das três línguas estrangeiras é igual a

- A** 103.
- B** 53.
- C** 42.
- D** 33.
- E** 32.

Questão 12

Em uma gincana, 10 pessoas, sendo 6 mulheres e 4 homens, todas de alturas diferentes, devem ser posicionadas em uma única fila de forma que as pessoas do mesmo sexo fiquem juntas, respeitando-se a ordem crescente de altura das pessoas de mesmo sexo.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que é apresentada a quantidade de formas possíveis de organização dessas pessoas na fila.

- A** 2
- B** 10
- C** 24
- D** 210
- E** 3.628.800

Questão 13

Se, durante o período de um ano, a inflação registrada for de 6% e a taxa de juros real de certo investimento for de 11%, então, nesse período, a taxa de juros nominal do investimento será de

- A** 5,00%.
- B** 8,50%.
- C** 17,00%.
- D** 17,66%.
- E** 66,00%.

Questão 14

Para um financiamento de R\$ 25.000 a ser pago em 4 parcelas iguais e mensais de acordo com o sistema de amortização constante, se a taxa de juros for de 4% ao mês, então o valor da segunda prestação a ser paga será de

- A** R\$ 6.250.
- B** R\$ 6.500.
- C** R\$ 7.000.
- D** R\$ 7.250.
- E** R\$ 7.280.

Questão 15

Uma empresa pretende fazer um fundo de reserva para a manutenção de equipamentos, realizando 4 depósitos anuais consecutivos em uma aplicação financeira. O primeiro depósito será de R\$ 10.000 e os seguintes, com acréscimo de R\$ 2.000 a cada ano, isto é, o segundo será de R\$ 12.000, o terceiro, de R\$ 14.000, e o quarto, de R\$ 16.000.

Nessas condições, se a taxa de remuneração desse investimento for de 10% ao ano e os depósitos forem feitos sempre no mesmo dia em cada um dos anos, o valor acumulado no momento imediatamente posterior ao quarto depósito será igual a

- A** R\$ 59.230.
- B** R\$ 65.153.
- C** R\$ 57.200.
- D** R\$ 52.000.
- E** R\$ 69.212.

Espaço livre

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Questão 16**

Acerca do orçamento público e das formas e dimensões da intervenção da administração na economia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A intervenção estatal na economia por meio da função estabilizadora do orçamento tem por objetivo central corrigir as desigualdades regionais e sociais, garantindo o crescimento equilibrado entre setores produtivos, mediante políticas redistributivas.
- Ⓑ O princípio orçamentário da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas de órgãos e entidades integrantes da administração pública, inclusive de empresas estatais independentes, devem constar da lei orçamentária anual, vedada qualquer exceção.
- Ⓒ O ciclo orçamentário compreende as etapas de elaboração, aprovação legislativa e execução, sendo considerado um processo contínuo, dinâmico e flexível, cujas fases se encerram com a execução orçamentária e financeira.
- Ⓓ A função distributiva do orçamento público se refere à alocação de recursos voltada à provisão de bens públicos e serviços essenciais, sendo concretizada exclusivamente por meio de políticas fiscais de caráter indireto, como subsídios e incentivos tributários.
- Ⓔ A técnica orçamentária do orçamento-programa rompe com a concepção meramente autorizativa do orçamento tradicional, pois promove a integração da programação física e financeira por meio da fixação de objetivos e metas, bem como adota a classificação funcional-programática como elemento central.

Questão 17

No que concerne à execução orçamentária e financeira da administração pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ No Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), de uso obrigatório por todos os entes da Federação, a execução orçamentária e financeira é registrada em tempo real, o que possibilita acompanhamento instantâneo da programação e execução de receitas e despesas.
- Ⓑ Alterações orçamentárias como créditos suplementares e especiais podem ser abertas no decorrer do exercício, desde que haja autorização legislativa prévia e indicação dos recursos correspondentes, sendo o crédito extraordinário a única exceção à exigência de autorização legislativa.
- Ⓒ A descentralização financeira consiste na transferência de créditos orçamentários entre unidades gestoras para permitir a execução de despesas, sendo operacionalizada exclusivamente por meio de provisão ou destaque.
- Ⓓ Quando a descentralização orçamentária entre órgãos e unidades gestoras ocorre por meio de destaque, mantém-se a unidade descentralizadora responsável pela execução da despesa e pela contabilização no seu próprio balanço.
- Ⓔ O acompanhamento da execução orçamentária deve considerar, entre outros aspectos, a confrontação entre metas físicas e financeiras, utilizando-se de instrumentos como o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, ambos com periodicidade bimestral prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 18

No que se refere à receita pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ As fontes de financiamento da receita pública incluem, entre outras, as transferências voluntárias e obrigatórias, sendo estas classificadas como receitas de capital, independentemente de sua destinação e de sua natureza.
- Ⓑ A receita pública é classificada economicamente em receita corrente e de capital, não podendo as receitas de capital, em hipótese alguma, provocar elevação do patrimônio líquido da entidade pública.
- Ⓒ O lançamento é a etapa inicial do estágio da receita pública, compreendendo a verificação da procedência do crédito e a identificação do sujeito passivo, sendo obrigatória sua aplicação a todos os tipos de receita arrecadada pelo Estado.
- Ⓓ As receitas correntes de origem patrimonial decorrem, entre outras hipóteses, da exploração de bens e direitos do Estado, a exemplo de aluguéis de imóveis públicos e dividendos de empresas estatais.
- Ⓔ A inscrição em dívida ativa constitui mero ato administrativo declaratório, que não afeta a exigibilidade do crédito tributário ou não tributário, sendo prescindível a sua execução fiscal para a promoção da cobrança judicial.

Questão 19

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

- Ⓐ A criação ou expansão de despesa obrigatória de caráter continuado dispensa a estimativa do impacto orçamentário-financeiro quando houver previsão genérica na lei orçamentária anual, desde que o montante total anual da despesa esteja dentro do limite de gasto estabelecido pela lei.
- Ⓑ Para fins de controle fiscal, a despesa total com pessoal de cada ente federativo não poderá exceder 60% da receita corrente líquida, sendo vedada a fixação de limites distintos para estados e municípios.
- Ⓒ As exigências de transparência da gestão fiscal se restringem à publicação do relatório resumido da execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal, dispensada a disponibilização eletrônica de informações em tempo real.
- Ⓓ A ação planejada da gestão fiscal, prevista na LRF, materializa-se no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual, instrumentos que devem ser elaborados de forma integrada e compatível entre si, de modo a viabilizar o equilíbrio entre receitas e despesas e a sustentabilidade da dívida pública.
- Ⓔ A dívida fundada compreende os compromissos financeiros assumidos pelo ente da Federação cuja exigibilidade ocorra dentro do exercício financeiro, como os restos a pagar não processados e as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Questão 20

Considerando as disposições legais e normativas relativas ao termo de execução descentralizada (TED), aos convênios, ao termo de referência, ao tesouro gerencial e aos decretos de programação orçamentária e financeira (DPOF), assinale a opção correta.

- Ⓐ O termo de referência é documento facultativo nas contratações diretas, sendo obrigatório apenas para licitações, sejam estas presenciais ou eletrônicas.
- Ⓑ O tesouro gerencial é o sistema responsável pela emissão de ordens bancárias, liquidação de despesas e execução financeira da União, integrando-se como módulo operacional do SIAFI.
- Ⓒ Os DPOF, editados pelo Poder Executivo no início do exercício, estabelecem o cronograma mensal de desembolso e a programação financeira, podendo também limitar empenhos para garantir o cumprimento das metas fiscais.
- Ⓓ O TED é o instrumento adequado para transferências voluntárias entre entes federativos, com repasse de recursos financeiros, devendo obrigatoriamente ser acompanhado de contrapartida do beneficiário.
- Ⓔ O convênio é o instrumento destinado exclusivamente à transferência de recursos financeiros, não sendo possível a transferência de bens ou serviços entre os partícipes.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 21**

Assinale a opção correta a respeito dos incentivos fiscais, à luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Emenda Constitucional (EC) n.º 132/2023.

- Ⓐ Em caso de guerra externa, a União poderia conceder incentivo fiscal de ICMS para empresas produtoras de armas no estado de Sergipe.
- Ⓑ Os incentivos regionais sempre deverão levar em conta critérios de redução das emissões de carbono.
- Ⓒ A lei complementar é o instrumento normativo adequado à concessão de benefícios fiscais regionais, ao passo que a lei ordinária é o instrumento adequado para concessão de incentivos de caráter geral.
- Ⓓ Os benefícios fiscais de ICMS que correspondam a uma proporção das alíquotas do imposto devido ficarão mantidos em suas respectivas proporcionalidades, até a extinção do imposto.
- Ⓔ A CF não permite a redução da base de cálculo de tributos devidos por pessoas físicas com vistas à redução das desigualdades sociais regionais.

Questão 22

Com base nas disposições da CF e da legislação de regência, bem como considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos impostos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como da repartição das receitas tributárias.

- Ⓐ Na sistemática de substituição tributária do ICMS para a frente, a restituição do imposto devida em razão da ocorrência do fato gerador presumido a menor será feita ao contribuinte legitimado, independentemente da prova da assunção do encargo financeiro.
- Ⓑ Incide IPVA sobre a propriedade de embarcações utilizadas por pessoas jurídicas para a prática de pesca industrial.
- Ⓒ Os estados devem repartir com os municípios o produto da arrecadação do IPVA em relação a veículos que transitam em seus territórios com habitualidade.
- Ⓓ O ITCMD será regressivo, em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- Ⓔ Incide ICMS sobre operações que destinem a outros estados combustíveis, derivados ou não do petróleo.

Questão 23

Assinale a opção correta em relação ao ICMS, tendo por base o disposto na CF e na legislação de regência, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ Suponha que um contribuinte tenha proposto, em 2025, ação judicial com vistas a afastar a incidência do ICMS no deslocamento de bens seus, de um estabelecimento comercial situado no estado de Sergipe para outro estabelecimento próprio situado no estado de Pernambuco. Nesse caso, o contribuinte terá direito à restituição do indébito em relação a todas as operações ocorridas nos cinco anos anteriores à propositura da ação.
- Ⓑ A tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final, não integra a base de cálculo do ICMS.
- Ⓒ É vedada a utilização de pautas fiscais para definição do preço da mercadoria na substituição tributária do ICMS, assim considerada a inclusão, na base de cálculo do imposto, da margem de valor agregado relativa às operações ou prestações subsequentes.
- Ⓓ Compete ao CONFAZ o estabelecimento das normas gerais de substituição tributária para o ICMS.
- Ⓔ Em caso de remessa de mercadoria para armazém geral situado no mesmo estado, a posterior saída será considerada ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

Questão 24

Assinale a opção em que é corretamente apresentada hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, segundo o CTN.

- Ⓐ denúncia espontânea por infração da legislação tributária
- Ⓑ transação tributária
- Ⓒ lançamento de ofício, regularmente notificado pela autoridade administrativa competente
- Ⓓ homologação do lançamento feito por declaração do contribuinte
- Ⓔ concessão de medida liminar em mandado de segurança

Questão 25

Assinale a opção correta no que diz respeito ao domicílio tributário, conforme previsão do CTN.

- Ⓐ O domicílio tributário do estado de Sergipe é qualquer de suas repartições no território nacional.
- Ⓑ A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte.
- Ⓒ O domicílio das firmas individuais, na falta de eleição, será o da residência do seu representante legal.
- Ⓓ Na falta de eleição do domicílio pelo contribuinte e sendo incerto o local de sua residência, considera-se domicílio da pessoa física o centro habitual de sua atividade.
- Ⓔ Na falta de eleição pelo contribuinte, o domicílio da pessoa jurídica será o lugar definido pela autoridade fiscal, em regular procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Questão 26

Assinale a opção correta no que se refere à administração tributária de acordo com o disposto no CTN.

- Ⓐ É inconstitucional o convênio que preveja o compartilhamento de informações fiscais entre a fazenda pública da União e a dos estados para o fim específico de assistência na fiscalização tributária.
- Ⓑ Os contribuintes imunes não podem ser alvos dos poderes das autoridades administrativas conforme definidos na legislação tributária.
- Ⓒ A prestação de informação sigilosa, mediante requisição da autoridade administrativa, quanto aos fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de seu ofício, será realizada mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante mediante recibo que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
- Ⓓ Não é vedada a divulgação de informações fiscais obtidas por servidores da administração tributária, em razão de seu ofício, no que se refere à situação econômica e financeira de contribuintes beneficiários de incentivos fiscais.
- Ⓔ A administração tributária pode requisitar, independentemente de ordem judicial, informações patrimoniais de sujeito passivo de crédito tributário a entidades que controlem operações de bens e direitos.

Questão 27

Assinale a opção correta no que concerne a taxas.

- Ⓐ As taxas cobradas pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios não podem ter alíquotas próprias de impostos.
- Ⓑ Do ponto de vista do fato gerador, a diferença entre a taxa de serviço e a do exercício do poder de polícia é que enquanto aquela está estritamente vinculada a uma atuação estatal específica relativa ao contribuinte, esta não está.
- Ⓒ É possível a adoção, no cálculo do valor de taxas, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade.
- Ⓓ As taxas cobradas pelos estados, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador a prestação de serviço público ou a utilização, efetiva ou potencial, do poder de polícia, específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- Ⓔ Para a cobrança de taxas, considera-se serviço público a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público.

Questão 28

Assinale a opção correta em relação ao IBS.

- Ⓐ O referido imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do estado e do município de origem da operação.
- Ⓑ Esse imposto não incidirá sobre as prestações de serviço de comunicação.
- Ⓒ Lei complementar disporá sobre a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes, que poderá ser implementada, inclusive, por meio da redução em 100% das alíquotas do IBS.
- Ⓓ Cabe a lei complementar traçar os aspectos gerais do imposto, mas sua instituição depende de lei ordinária específica de cada ente federativo.
- Ⓔ As alíquotas do IBS observarão o princípio da regressividade em razão da essencialidade dos bens materiais ou imateriais e dos serviços.

Questão 29

Nos termos da Lei Complementar n.º 214/2025, a base de cálculo do IBS é o valor da operação, assim compreendido o valor integral cobrado pelo fornecedor a qualquer título, incluídos os valores correspondentes

- Ⓐ aos ressarcimentos recebidos por valores pagos relativos a operações por conta e ordem de terceiros, quando a documentação fiscal relativa a essas operações for emitida em nome destes.
- Ⓑ aos juros, multas, acréscimos e encargos.
- Ⓒ ao montante da CBS incidente sobre a operação.
- Ⓓ aos descontos incondicionais.
- Ⓔ ao montante do IPI.

Questão 30

Assinale a opção correta acerca do crédito tributário, com base no disposto no CTN e na jurisprudência do STJ.

- Ⓐ Depositado em juízo o montante integral e em dinheiro do crédito tributário para fins de suspensão da exigibilidade, deverá a autoridade administrativa constituir o crédito no prazo de cinco anos, com vistas à prevenção da decadência.
- Ⓑ O lançamento efetuado pode ser revisto de ofício pela autoridade fiscal caso se comprove erro quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como de declaração obrigatória.
- Ⓒ A entrega de declaração pelo contribuinte na qual seja reconhecido débito fiscal constitui o crédito tributário condicionado à ulterior homologação pelo agente fiscal.
- Ⓓ Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, expirado o prazo legal sem que a fazenda pública tenha-se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de erro.
- Ⓔ Lançamento por homologação é aquele que é efetuado com base em informações a respeito de matéria de fato prestada pelo sujeito passivo da exação, necessárias à posterior formalização do lançamento, pelo agente fiscal.

CONTABILIDADE GERAL E CONTABILIDADE DE CUSTOS

Questão 31

Os ativos de certa entidade somaram, ao final de determinado exercício social, R\$ 13,5 milhões. No mesmo momento, o patrimônio líquido da entidade, antes da apuração do resultado do exercício, somava R\$ 350 mil. O prejuízo do exercício foi de R\$ 650 mil.

Nessas condições, os passivos da entidade, considerado o resultado do exercício, totalizaram

- Ⓐ 14,0 milhões.
- Ⓑ 13,8 milhões.
- Ⓒ 13,5 milhões.
- Ⓓ 13,3 milhões.
- Ⓔ 13,0 milhões.

Questão 32

Constitui exemplo de fato administrativo modificativo aumentativo a

- Ⓐ perda parcial de estoques em função de uma inundação.
- Ⓑ quitação antecipada de uma obrigação com desconto.
- Ⓒ venda à vista de mercadorias com lucro.
- Ⓓ contratação de um funcionário especializado com salário superior à média da função.
- Ⓔ saída de recursos do caixa para quitação de uma obrigação, sem encargos.

Questão 33

conta	saldo em milhares de reais (R\$)
caixa e equivalentes	10
contas a receber	100
provisão para perdas esperadas	5
estoques	50
imóveis e instalações	500
depreciação acumulada	240
títulos descontados	20
contas a pagar	40
empréstimos e financiamentos	70
juros passivos a transcorrer	10
capital social	200
reservas de capital	20
ações em tesouraria	10

Com base nesse rol de contas selecionadas de uma entidade, é correto afirmar que o total de saldos credores listados é

- Ⓐ inferior a R\$ 500.
- Ⓑ superior a R\$ 500 e inferior a R\$ 550.
- Ⓒ superior a R\$ 550 e inferior a R\$ 600.
- Ⓓ superior a R\$ 600 e inferior a R\$ 650.
- Ⓔ superior a R\$ 650.

Questão 34

É elemento essencial obrigatório da escrituração contábil

- Ⓐ o código de escrituração contábil registrado no livro próprio.
- Ⓑ a data em que o fato contábil ocorreu.
- Ⓒ o emprego de técnica eletrônica de registro.
- Ⓓ a identificação do responsável pela escrituração.
- Ⓔ a identificação do local onde foi feita a escrituração.

Questão 35

Julgue os itens seguintes, relativos ao balanço patrimonial e à demonstração de resultado do exercício.

- I A segregação em circulantes e não circulantes feita com os ativos e os passivos de uma entidade também se aplica a seus impostos diferidos.
- II Se, à data do balanço, a entidade não tiver a prerrogativa de postergar a quitação de uma obrigação por período que supere o fim do próximo exercício social, então essa obrigação é um passivo circulante.
- III Ressalvados os dispositivos legais, é facultado à administração de cada entidade escolher se prefere apresentar suas despesas pelo método funcional ou pelo método da natureza da despesa.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 36

Considere que, em determinada empresa industrial, ocorram os seguintes eventos: gasto com o aluguel do prédio onde funciona a empresa; depreciação dos computadores utilizados no departamento de contabilidade; perda normal de matéria-prima no processo produtivo; e aquisição de embalagens para utilização futura na produção. Nesse caso, de acordo com a terminologia aplicável à contabilidade de custos, os eventos descritos devem ser classificados, respectivamente, como

- Ⓐ custo, despesa, perda e custo.
- Ⓑ despesa, despesa, perda e investimento.
- Ⓒ custo, despesa, investimento e custo.
- Ⓓ despesa, perda, investimento e custo.
- Ⓔ custo, despesa, custo e investimento.

Questão 37

A respeito da classificação dos custos industriais, julgue os seguintes itens.

- I O custo cujo valor independa da quantidade produzida pela empresa até o limite da sua capacidade instalada é considerado um custo fixo.
- II A energia elétrica consumida em processo produtivo é um exemplo de custo semivariável quando o contrato prevê a cobrança de um valor específico sempre que o consumo ficar abaixo do mínimo estipulado pelo fornecedor da energia.
- III O seguro do prédio onde funciona uma fábrica é um exemplo típico de custo direto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Espaço livre

Questão 38

A utilização do método do custeio variável será preferível à do método do custeio por absorção quando a administração de uma empresa industrial tiver a intenção de

- A** identificar os produtos que mais contribuem para a lucratividade da empresa.
- B** alocar todos os custos indiretos aos produtos da empresa.
- C** atender às disposições do fisco quanto aos aspectos relacionados à apuração de resultados e à avaliação patrimonial da empresa.
- D** definir os preços mínimos dos produtos da empresa, a serem praticados em condições normais de negociação.
- E** calcular o custo dos produtos vendidos para fins de evidenciação na demonstração do resultado do exercício da empresa.

Questão 39

Assinale a opção em que é corretamente descrita uma etapa do processo de alocação de custos aos produtos por meio da departamentalização.

- A** utilização do custeio variável para a alocação final dos custos aos produtos
- B** transferência para os produtos dos custos indiretos acumulados nos departamentos de serviços, com base em critérios de rateio que considerem a forma como esses produtos fizeram uso dos serviços dos referidos departamentos
- C** escolha da sequência de rateio dos custos acumulados nos departamentos de produção, com vistas à sua distribuição aos demais departamentos
- D** transferência dos custos diretos aos departamentos antes de sua alocação aos produtos
- E** classificação dos departamentos em dois grandes grupos: um que contemple os departamentos que promovem diretamente modificações sobre o produto que está sendo fabricado; e outro que abranja os departamentos que não recebem o produto, mas que oferecem o devido suporte ao processo produtivo

Questão 40

Conforme o disposto na NBC TSP 34, de 2021, assinale a opção na qual é apresentada corretamente, em ordem hierárquica, todas as etapas que devem ser contempladas, sempre que possível e economicamente viável, no processo de atribuição de custos no setor público.

- A** alocação dos custos diretos; alocação dos custos indiretos em bases de rateio razoáveis e consistentes; e alocação dos custos indiretos remanescentes mediante direcionadores de custos (rastreamento)
- B** alocação dos custos diretos; alocação dos custos indiretos mediante direcionadores de custos (rastreamento); e alocação dos custos indiretos remanescentes em bases de rateio razoáveis e consistentes
- C** alocação dos custos diretos; e alocação dos custos indiretos mediante direcionadores de custo (rastreamento)
- D** alocação dos custos diretos mediante direcionadores de custos (rastreamento); alocação dos custos indiretos em bases de rateio razoáveis e consistentes
- E** alocação dos custos diretos; e alocação dos custos indiretos em bases de rateio razoáveis e consistentes

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 41**

Julgue os itens seguintes, à luz do disposto na Lei estadual n.º 9.640/2025 (Código de Conduta e Integridade da Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe).

- I Expor servidores a situações de incentivo a rivalidades constitui exemplo de assédio moral.
- II Os servidores devem, no ato da posse ou da investidura em função pública na SEFAZ/SE, assinar o Termo de Ciência e Compromisso (TCC), que, no caso do pessoal terceirizado, deve ser assinado pela empresa contratante.
- III É expressamente vedado ao agente público em exercício na SEFAZ/SE fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a administração fazendária.
- IV É vedado aos agentes públicos em exercício na SEFAZ/SE o uso do correio eletrônico institucional para fins que não sejam profissionais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B** Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C** Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D** Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 42

Julgue os próximos itens, com base nas disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), alterada pela Lei n.º 14.230/2021, e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- I Aplicam-se disposições da Lei n.º 14.230/2021 aos processos em curso para regular o procedimento da tutela provisória de indisponibilidade de bens, de modo que as medidas já deferidas poderão ser reapreciadas para fins de adequação à atual redação da legislação.
- II O exercício de função ou o desempenho de competências públicas não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não se comprove a prática de ato doloso com fim ilícito.
- III Os sucessores e herdeiros daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente sujeitam-se à obrigação de reparar até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 43

Assinale a opção que reproduz corretamente o entendimento jurisprudencial do STJ em relação à improbidade administrativa.

- Ⓐ Dada a ausência de previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, é inadmissível a cassação da aposentadoria de servidor público como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa.
- Ⓑ A conversão de ação de improbidade administrativa em ação civil pública deve ocorrer no primeiro grau de jurisdição, antes do trânsito em julgado da sentença.
- Ⓒ A vedação ao reexame necessário da sentença de improcedência ou de extinção do processo sem resolução do mérito não se aplicará aos processos em curso quando a sentença for anterior à vigência da Lei n.º 14.230/2021.
- Ⓓ Aplicam-se à ação de improbidade administrativa as causas de interrupção do prazo prescricional previstas no Código Penal.
- Ⓔ Em razão da aplicação do princípio *in dubio pro societate*, é dispensável que o autor da ação de improbidade administrativa indique expressamente, na petição inicial, o dano causado ao erário e os elementos que evidenciem a existência do elemento subjetivo na conduta do agente público.

Questão 44

Em relação ao processo administrativo, julgue os itens a seguir, com base na Lei Complementar estadual n.º 33/1996.

- I Servidor público civil é toda pessoa legalmente investida em cargo, emprego ou função pública da administração estadual direta e indireta.
- II No âmbito da administração direta de cada um dos Poderes, do Ministério Público estadual e do Tribunal de Contas do estado, é obrigatória a manutenção de cadastro permanente dos servidores públicos civis, do qual deve constar a indicação dos atos de criação dos correspondentes cargos ou empregos.
- III A transformação de cargos públicos de provimento efetivo ou de empregos públicos celetistas deve ser realizada por meio de resoluções específicas.
- IV Aplicam-se às entidades estatais exploradoras de atividade econômica os princípios da motivação, da revisão e da decisão executória.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 45

Assinale a opção correta no que concerne à licitação pública, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e com o Decreto n.º 11.462/2013.

- Ⓐ O processo licitatório para registro de preços deve ser realizado por meio da modalidade pregão.
- Ⓑ É solidária a responsabilidade entre o contratado e o agente público que causarem dano ao erário em decorrência de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro.
- Ⓒ É facultado aos órgãos da administração pública federal aderir a atas de registro de preços gerenciadas pelos entes estaduais, desde que mantidas as mesmas condições de contratação.
- Ⓓ É vedado à administração pública, nas licitações que envolvam o fornecimento de bens, exigir carta de solidariedade que, emitida pelo fabricante, assegure a execução do contrato.
- Ⓔ Os contratos em que a administração pública seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio terão prazo máximo de 35 anos, exigindo-se anualmente a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Questão 46

No que diz respeito aos agentes públicos, à organização da administração pública e à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STJ.

- Ⓐ É ilegal a progressão funcional com efeitos financeiros em data distinta ao início do exercício funcional do agente público.
- Ⓑ É permitido ao dependente habilitado à pensão por morte habilitar-se com exclusividade para suceder servidor público falecido no curso de processo que vise à cobrança de valores devidos em vida ao referido servidor.
- Ⓒ Em ação em que se pleiteie reparação moral decorrente de mau cheiro oriundo da prestação de serviço público de tratamento de esgoto, os juros moratórios devem ser contados desde o trânsito em julgado da decisão judicial.
- Ⓓ Não se aplica a prescrição quinquenal prevista no Decreto n.º 20.910/1932 às empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial.
- Ⓔ O abono de permanência integra a base de incidência das verbas calculadas sobre a remuneração do servidor público, tais como o adicional de férias e a gratificação natalina (13.º salário).

Questão 47

No que se refere aos poderes da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- I Configura-se excesso de poder quando o agente atua dentro da sua esfera de competência, mas com fim diverso ao interesse público.
- II O poder regulamentar é de natureza derivada e formalizado por meio de decretos e regulamentos.
- III A autoexecutoriedade é a característica do poder de polícia por meio da qual se demonstra o grau de imperatividade de que se revestem os atos de polícia, tendo a administração o poder de usar a força se necessária para vencer eventual resistência ao cumprimento de suas ordens.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 48

Assinale a opção correta a respeito dos atos administrativos.

- Ⓐ Reforma é o ato administrativo por meio do qual o órgão competente decide sanar um ato inválido anteriormente praticado, suprimindo a ilegalidade que o viciava.
- Ⓑ A exequibilidade do ato administrativo caracteriza-se como a situação jurídica que resulta da conformidade do ato com a lei ou com outro ato de grau mais elevado.
- Ⓒ Atos compostos são aqueles que exigem a intervenção de agentes ou órgãos diversos, tendo a vontade final da administração pública certa autonomia ou conteúdo próprio.
- Ⓓ O ato de aprovação é a manifestação prévia e vinculada do administrador a respeito de outro ato.
- Ⓔ O ato de delegação não exclui a competência da autoridade delegante, que permanece competente cumulativamente com a autoridade delegada.

Questão 49

A respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Atualmente, alguns doutrinadores do direito administrativo têm defendido como fundamento da responsabilidade civil do Estado a adoção da teoria do risco social, segundo a qual os atos estatais se dividem em atos de império e atos de gestão.
- Ⓑ A administração pública responde civilmente pelos danos causados por seus agentes, salvo se eles estiverem amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- Ⓒ Em caso de responsabilidade civil do Estado por rompimento de barragem, é possível a comprovação de prejuízos de ordem material por prova exclusivamente testemunhal, diante da impossibilidade de produção ou utilização de outro meio probatório.
- Ⓓ O termo inicial da prescrição para o ajuizamento de ações de responsabilidade civil em face do Estado por ilícitos praticados por seus agentes é a data do fato.
- Ⓔ Nas ações de responsabilidade civil do Estado, é imprescindível a denunciação da lide ao suposto agente público causador do ato lesivo.

Questão 50

Assinale a opção correta em relação aos serviços públicos.

- Ⓐ A caducidade é a retomada do serviço, mediante autorização legal específica, pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.
- Ⓑ A interrupção de serviço público por inadimplemento do usuário poderá ser iniciada em qualquer dia útil, não podendo iniciar-se aos sábados, domingos ou feriados.
- Ⓒ O poder concedente deve publicar, imediatamente após o edital de licitação, ato que justifique a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- Ⓓ A permissão de serviço público é formalizada por meio de contrato de adesão, devendo ser observadas as normas do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
- Ⓔ A legislação admite, excepcionalmente, a concessão de serviço público a pessoas físicas.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 51**

Agentes da vigilância sanitária acompanhados por fiscais da prefeitura encaminharam-se a um depósito industrial de acesso restrito ao público após o recebimento de denúncia de que lá havia grande quantidade de produto inflamável e de que, no momento, havia um início de incêndio no local. Sem mandado judicial e antes da chegada do corpo de bombeiros, os fiscais ingressaram no estabelecimento, para verificar a denúncia e adotar medidas de contenção.

Considerando essa situação hipotética e a disciplina constitucional sobre inviolabilidade do domicílio, assinale a opção correta.

- Ⓐ A inviolabilidade do domicílio não se estende aos estabelecimentos industriais de acesso restrito ao público.
- Ⓑ Mesmo em caso de desastre, é imprescindível a expedição prévia de ordem judicial para o ingresso de fiscais em estabelecimento como o citado, a ser cumprida durante o dia.
- Ⓒ A legalidade do ingresso dos fiscais no depósito depende da caracterização de desastre mediante laudo técnico prévio emitido por órgão competente.
- Ⓓ Como se trata de situação caracterizada como desastre, é legal a entrada imediata dos fiscais no depósito, independentemente de mandado judicial, desde que amparada em fundadas razões.
- Ⓔ Os fiscais somente poderiam entrar no depósito em caso de flagrante delito ou para o cumprimento de ordem judicial.

Questão 52

João, jornalista, no exercício de sua função, obteve de fonte não identificada informações sobre irregularidades em contrato público e as publicou em matéria jornalística. Posteriormente, foi intimado em processo criminal para revelar a origem das informações, mas, em juízo, se recusou a fazê-lo.

A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção correta, à luz da disciplina constitucional dos direitos e das garantias fundamentais.

- Ⓐ João é obrigado a revelar em juízo a fonte das referidas informações, pois o interesse público prevalece automaticamente sobre o direito de sigilo da fonte.
- Ⓑ No âmbito judicial, o sigilo da fonte é restrito aos advogados particulares e aos defensores públicos.
- Ⓒ João está protegido pelo direito ao sigilo da fonte, garantido quando necessário ao exercício profissional.
- Ⓓ O direito ao sigilo da fonte é absoluto, não podendo ser relativizado em nenhuma hipótese.
- Ⓔ O sigilo da fonte não se aplica a informações relacionadas ao uso de recursos públicos.

Questão 53

Nos termos da Constituição Federal de 1988, é competência exclusiva do Congresso Nacional

- Ⓐ resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- Ⓑ processar e julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- Ⓒ conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- Ⓓ aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos presidentes e diretores do Banco Central do Brasil.
- Ⓔ fixar limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, por proposta do presidente da República.

Questão 54

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição do Estado de Sergipe, assinale a opção correta.

- Ⓐ É permitida a coleta de dados referentes a convicção filosófica ou religiosa, desde que para uso estatístico e com possibilidade de identificação individual.
- Ⓑ É vedada a divulgação da identidade da pessoa suspeita da prática de crime enquanto não houver seu indiciamento formal pela autoridade policial.
- Ⓒ Qualquer cidadão pode apresentar queixa contra agentes do poder público, sendo a apuração dos fatos discricionária da autoridade competente.
- Ⓓ O direito de certidão não abrange a reprodução integral dos documentos solicitados.
- Ⓔ É facultado ao Estado restringir a reunião pacífica em locais abertos ao público quando houver interesse da autoridade policial, ainda que ausente ameaça concreta à ordem pública.

Questão 55

O tribunal de justiça de determinado estado da Federação, em decisão colegiada ainda não transitada em julgado, contrariou o enunciado de súmula vinculante do STF, o que pode gerar prejuízos imediatos à parte.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições legais acerca da reclamação constitucional, assinale a opção correta.

- Ⓐ A reclamação somente pode ser utilizada para preservar a competência originária do STF, não alcançando hipóteses de descumprimento ou aplicação indevida de súmula vinculante.
- Ⓑ Não é cabível reclamação ao STF da decisão judicial, pois ainda não se esgotaram todos os meios admissíveis de impugnação.
- Ⓒ Eventual reclamação da decisão judicial deverá ser ajuizada primeiramente no tribunal prolator da decisão e, somente na hipótese de negativa, caberá reclamação ao STF.
- Ⓓ É cabível reclamação ao STF para que seja anulada ou cassada a decisão impugnada e proferida outra decisão, com ou sem aplicação da súmula.
- Ⓔ O processamento de eventual reclamação da decisão judicial competirá ao STJ, ficando o STF restrito às hipóteses em que o ato provenha de tribunal superior.

Questão 56

O procurador-geral de justiça de determinado estado encaminhou ao Poder Executivo estadual proposta orçamentária acima dos limites previstos na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). O governador, ao consolidar a proposta orçamentária anual, reduziu os valores para adequá-los ao teto estabelecido na LDO. Inconformado, o procurador-geral ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) sob o argumento de que tal alteração violava a autonomia administrativa e funcional do Ministério Público (MP), além da iniciativa orçamentária do órgão.

Em referência à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, conforme as disposições constitucionais a respeito do MP.

- Ⓐ A iniciativa orçamentária do MP não está vinculada à LDO.
- Ⓑ No conflito entre autonomia financeira do MP e os limites orçamentários fixados na LDO, caberá ao órgão colegiado do MP decidir a questão.
- Ⓒ O governador não pode alterar a proposta orçamentária do MP, mas pode encaminhar projeto de lei complementar à assembleia legislativa para fixar novos limites orçamentários durante o exercício financeiro.
- Ⓓ A proposta orçamentária do MP deve obedecer aos limites previstos na LDO; caso contrário, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- Ⓔ A autonomia funcional do MP impede qualquer alteração do orçamento proposto.

Questão 57

No que diz respeito à Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ O governador tem competência para nomear como defensor público-geral qualquer bacharel em direito, desde que este tenha mais de trinta anos de idade, nos moldes da nomeação do procurador-geral do estado.
- Ⓑ É válida a nomeação como defensor público-geral de pessoa fora da carreira, desde que a escolha seja aprovada pela maioria absoluta do Poder Legislativo estadual.
- Ⓒ Para serem nomeados, os defensores públicos dos estados devem ser sabatinados pelos membros do Poder Legislativo.
- Ⓓ Compete ao defensor público-geral federal nomear o defensor público-geral de cada estado, entre os membros estáveis da carreira e com no mínimo trinta anos de idade, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- Ⓔ A nomeação de defensor público-geral requer observância ao caráter de carreira do cargo de defensor público, cabendo a lei complementar disciplinar a forma de escolha do chefe da Defensoria Pública entre seus integrantes.

Questão 58

Com base no regime constitucional das finanças públicas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Créditos extraordinários somente podem ser abertos por lei ordinária, sendo vedada sua instituição por medida provisória, ainda que para atender despesas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- Ⓑ Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre limites e condições para concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- Ⓒ É possível a realização de operações de crédito entre órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do mesmo ente federativo, desde que o valor seja devolvido até o término do exercício financeiro em que ocorrer a operação.
- Ⓓ Compete à União estabelecer, em lei complementar, normas gerais sobre finanças públicas, dívida pública e concessão de garantias, aplicáveis a todos os entes federativos, preservada a autonomia destes para disciplinar aspectos específicos de sua gestão financeira.
- Ⓔ É permitida a vinculação de receita de impostos a qualquer órgão, fundo ou despesa, desde que aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional.

Questão 59

Acerca das garantias, vedações e organização do Poder Judiciário conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os tribunais podem decretar sigilo de julgamentos e dispensar fundamentação de decisões quando houver risco à intimidade das partes.
- Ⓑ Admite-se a decretação de férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, desde que mantido plantão permanente.
- Ⓒ A remoção ou a disponibilidade de magistrado por interesse público exige decisão por maioria simples do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assegurada a ampla defesa.
- Ⓓ Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- Ⓔ A garantia de irredutibilidade de subsídio dos magistrados afasta a incidência do teto constitucional.

Questão 60

Com base nas previsões constitucionais acerca do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedada a criação de órgão jurisdicional de segundo grau em município que não seja sede de tribunal, ainda que para fins de descentralização administrativa.
- Ⓑ Os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário podem ser revistos, quanto à sua legalidade, pelo CNJ, que exerce controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, respeitada a autonomia funcional do Tribunal de Contas da União.
- Ⓒ A autonomia administrativa e financeira dos tribunais compreende a possibilidade de eles elaborarem sua proposta orçamentária independentemente da observância aos limites da LDO.
- Ⓓ Os órgãos do Poder Judiciário não podem, em nenhuma hipótese, propor ao Poder Legislativo a criação de cargos e serviços auxiliares, por ser tal atribuição conferida exclusivamente ao presidente da República.
- Ⓔ O CNJ exerce controle jurisdicional sobre decisões judiciais e administrativas, podendo reformá-las diretamente quando verificar ilegalidade ou afronta a direitos fundamentais.

Espaço livre